



AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE IMIGRANTES NO PARANÁ

Vera Lucia Martiniak¹

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Agência financiadora: CNPq

Resumo: *Esta pesquisa consiste em analisar as transformações nas relações de produção que influenciaram a criação das primeiras escolas étnicas, no período de 1854 a 1889, no Paraná. Tem como objetivo geral analisar o processo histórico de institucionalização das instituições escolares étnicas bem como compreender como se deu a expansão da escola pública e o acesso para formação escolar de crianças imigrantes. Os procedimentos metodológicos consistem nas seguintes etapas: revisão bibliográfica sobre as principais categorias de análise da pesquisa: trabalho, educação e imigração; pesquisa documental a partir do levantamento e a catalogação das fontes primárias, com foco nas principais categorias de análise da pesquisa e análise do material coletado. É perceptível o caráter elitista na educação brasileira, voltado para o atendimento da elite, sem nenhum compromisso com as classes populares, principalmente filhos de escravos e imigrantes.*

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Imigração.

Introdução

A escolarização das crianças, filhas de imigrantes, se deu por meio das reivindicações das famílias pela construção e manutenção de escolas públicas, a fim de garantir a aprendizagem da língua nacional. Entretanto, quando o Estado não oferecia o ensino público os próprios imigrantes se organizavam para oferecer educação para seus filhos, tanto com subvenções do governo ou quanto com recursos próprios.

A constituição de escolas primárias foi gradual e lenta nas províncias e as poucas que foram criadas funcionavam em estado precário, com falta de materiais escolares e estrutura condizente e, muitas vezes não haviam professores disponíveis para atuar neste nível e nem local adequado para funcionamento do prédio escolar. Muitas escolas funcionavam nas casas dos professores, em locais impróprios e inadequados para os alunos, subvencionadas pelo governo estadual. Neste sentido, pode-se inferir que a educação no período imperial foi marcada por um caráter elitista e discriminador, pois o ensino ainda apresentava resquícios da época colonial, ou seja, não havia nenhum compromisso e interesse com a instrução da população. As tentativas para organização do ensino público, tomadas pelos governantes da província, esbarravam na estrutura centralizadora do Império. Como o governo não priorizou o ensino público passou a apoiar as iniciativas particulares para a manutenção da instrução por meio de subvenções concedidas aos colégios confessionais ou particulares e sociedades filantrópicas.

¹ Professora, Pedagogia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vlmartiniak@uepg.br. Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

Objetivos

- Analisar o processo histórico de institucionalização das instituições escolares étnicas bem como compreender como se deu a expansão da escola pública e o acesso para a formação escolar de crianças imigrantes;
- compreender as determinações econômicas, políticas e sociais que influenciaram a criação das escolas públicas e a educação de imigrantes no Paraná, no século XIX.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos consistem nas seguintes etapas: revisão bibliográfica sobre as principais categorias de análise da pesquisa: trabalho, educação e imigração; pesquisa documental a partir do levantamento e a catalogação das fontes primárias, com foco nas principais categorias de análise da pesquisa e análise do material coletado.

Para a consecução desta pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes primárias:

- Relatórios de Presidentes da Província;
- correspondências da Instrução Pública no Império;
- constituição do Império;
- atos administrativos e outras legislações;
- relatórios do Diretor da Instrução Pública;
- jornais correspondentes ao período analisado.

Entende-se que no final do Império a educação tornou-se progressivamente uma prática institucional-escolar, isto é, realizada na instituição que historicamente especializou-se na tarefa educativa, ou seja, a escola. Este processo de institucionalização escolar deu-se no decorrer do Império, observadas as especificidades com respeito aos níveis e modalidades educacionais. Há que se considerar ainda, que no decorrer deste processo, devido a profundas mudanças nas relações de produção (do trabalho escravo para o trabalho assalariado) ocorreram iniciativas particulares para criação de escolas nos centros urbanos, organizadas por famílias e comunidades imigrantes.

Resultados/Resultados parciais e discussão

Ao final do governo imperial era possível quantificar as poucas escolas existentes que atendiam a população brasileira. O quadro geral contava com alguns liceus nas capitais, colégios privados instalados nas principais cidades e escolas normais em quantidade insatisfatórias para a formação do magistério. É perceptível o caráter elitista e discriminatório na educação brasileira, o ensino trazia resquícios da época de sua implantação, ou seja, era voltado para o atendimento da elite, sem nenhum compromisso com as classes populares, principalmente filhos de escravos e imigrantes.

A análise empreendida nos relatórios de governo demonstrou a necessidade e o interesse para a difusão da instrução pública no Paraná. Entretanto, a disseminação e a organização do ensino não obtiveram êxito, pois esbarrou na falta de investimentos e recursos financeiros necessários para ampliação do atendimento escolar. Para os governantes paranaenses todos os esforços estavam sendo empreendidos em prol da educação paranaense, conforme discurso de Lamenha Lins afirmando que "*Nesta província, é licito dizel-o, muito se tem feito em prol da instrucção publica*".(PARANÁ,

1876, p, 42), porém, se os esforços não foram alcançados ainda justificavam-se devido aos seguintes motivos: a falta de professores habilitados pela Escola Normal; o desconhecimento das vantagens inerentes da educação por parte dos pais e a consequente ausência dos alunos e, dentre outras, a ineficaz fiscalização nas regiões distantes do centro urbano (PARANÁ, 1876).

Contudo, os esforços proclamados e envidados em prol da educação não justificavam os resultados alcançados pelo governo. Segundo o relatório de 1876 havia um indivíduo matriculado na escola para cada quatro habitantes, sendo que haviam 96 estabelecimentos de ensino primário na província, com 3.183 alunos matriculados e apenas 2.267 frequentando as aulas.

Considerações finais

A análise centrou-se na imigração devido a região paranaense ser constituída por diversos imigrantes que fundaram colônias e que mais tarde deram origem as cidades. Desta forma, há um predomínio muito grande de etnias que demonstraram diversas formas de organização social e também educacional. Em relação à educação das crianças imigrantes registra-se uma iniciativa singular de criação de escolas comunitárias de imigrantes, principalmente alemães, italianos, poloneses e japoneses que se estabeleceram em áreas rurais formando núcleos populacionais com características e estruturas marcadamente étnico-culturais. As escolas por eles criadas eram comunitárias e tinham uma conotação fortemente étnica e confessional cristã. Além destas escolas comunitárias, houve um número significativo de escolas particulares mantidas por congregações religiosas, masculinas e femininas, geralmente em área urbana, mantendo especificidades étnicas do país de origem da mantenedora (KREUTZ, 2000). Neste contexto, as escolas para imigrantes desempenhavam um importante papel na aquisição das primeiras letras, pois, concebiam a instituição escolar como um lugar de civilização do homem, preservação e valorização da cultura estrangeira e como mecanismo para “[...] suprir a inexistência de escolas mantidas pelo poder público [...]”.(LUPORINI, 2006, p. 311).

A análise empreendida nas fontes primárias permite afirmar que a expansão do ensino público no Paraná está ligada a demanda pela construção de escolas nas colônias estrangeiras.

A partir de um quadro educacional bem modesto e precário, nas diversas tentativas de organização da instrução pública na Província do Paraná, por meio da aprovação dos Regulamentos citados anteriormente, o ensino paranaense esbarrou em diversas dificuldades. A falta de escolas e de profissionais para seu provimento, os baixos índices de escolarização, os escassos investimentos governamentais no ensino refletiram-se em uma escola elitista, a qual cumpria um papel social de reproduzir a realidade, mantendo a discriminação social e a dominação.

Referências

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUPORINI, Teresa Jussara. Escolas de imigrantes na região dos Campos Gerais e centro sul do Paraná. In: LOMBARDI, J. C. & MACHADO, M. C. G. & SCHELBAUER, A. (Org.). **Educação em Debate**. Perspectivas, Abordagens e Historiografia. Campinas: Autores Associados; 2006, p. 301 -322.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná** no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, doutor Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná, Typ. da Viúva Lopes, 1876.